



GABINETE CONJUNTO DE CRISE





**IV MODELO POTIGUAR DAS NAÇÕES
UNIDAS
GCC – GABINETE CONJUNTO DE CRISE
FRONT SUL
GUIA DE ESTUDOS**

DIRETORIA DO GCC

Guilherme de Lima Souza
Joan Rocha Silva Nunes
João Gabriel Soares dos Santos Oliveira
Leonardo Sarmento Teixeira
Lorena Soares Cavalcante de Miranda
Thaís Rodrigues Lira
Victor da Silva Morais

SECRETARIADO

Gabriela Severiano da Costa
Sara Amonay Chagas dos Santos
Ana Clara Silva e Silva
Marcia Souza Mendonça
Giovanna Rodrigues Moura
Maria Eduarda Rodrigues
Isadora Meira Lima Gonçalves de Medeiros

ARTE DA CAPA

Maria Eduarda Rodrigues

MODELO POTIGUAR DAS NAÇÕES UNIDAS
GABINETE CONJUNTO DE CRISE
FRONT SUL
GUIA DE
ESTUDOS

DIRETORIA DO GCC

Guilherme de Lima Souza

Joan Rocha Silva Nunes

João Gabriel Soares dos Santos

Oliveira Leonardo Sarmiento Teixeira

Lorena Soares Cavalcante de Miranda

Thaís Rodrigues Lira

Victor da Silva Morais

CARTA DO SECRETARIADO

É com enorme alegria que o secretariado da IV Potimun deseja as boas-vindas a nossos delegados e delegadas! Aqui você começará a conhecer seu comitê de escolha, o qual foi preparado com muito carinho, esforço e dedicação, assim como esse guia de estudos que você está prestes a ler.

Os modelos das Nações Unidas de todo o país sofreram um duro golpe durante a pandemia, infelizmente a Potimun não foi exceção. Três anos após a última realização do nosso projeto de forma presencial, muitas dúvidas cercavam a IV edição da Potimun, mas o desejo de não deixá-lo minguar foi a força propulsora para superar as dificuldades que surgiram no caminho.

Dessa forma, temos que reconhecer e parabenizar o trabalho de todo o staff, pela produção acadêmica de qualidade, além do apoio da Universidade Potiguar. Apesar de ser o projeto de modelo da ONU mais jovem no Rio Grande do Norte, a Potimun tem um grande significado, pela sua criação – tendo sido o primeiro criado por estudantes de Relações Internacionais do estado – e pela qualidade das últimas edições, que cativou a comunidade acadêmica e nos deu a responsabilidade de manter o nível.

Por fim, agradecemos a participação de você, delegado, sem o qual todo o nosso trabalho seria em vão, pois tudo que fazemos tem o fim de proporcionar uma experiência inesquecível a todos os que passam pela Potimun. Então te pedimos apenas que aproveite ao máximo essa experiência.

Carinhosamente,
Secretariado da IV Potimun

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CG	Conferência de Genebra
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIDH	Direito Internacional dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
GLN	Guerra de Libertação Nacional
JFK	John Fitzgerald Kennedy
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPII	Tribunal Penal Internacional para antiga Iugoslávia
TPIR	Tribunal Penal Internacional para Ruanda
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 GABINETE CONJUNTO DE CRISE	8
2.1 Da Origem	8
2.2 Das Competências	8
3 DIREITO HUMANITÁRIO	10
3.1 Definição	10
3.2 Fonte e aplicação	11
3.3 Do Direito à Guerra	13
3.3.1 Conflito opondo diretamente dois ou mais estados	13
3.4 Dos Combatentes	14
3.4.1 Definição dos combatentes	14
3.5 Extensões	15
3.5.1 Guerrilheiros	15
3.5.2 Crianças	15
3.6 Exclusões	15
3.6.1 Espiões	16
3.6.2 Mercenários	16
3.7 Proibições	16
3.7.1 Proibição de atacar pessoas que não combatem	16
3.7.2 Proibição de atacar as pessoas que já não combatem	16
3.7.3 Proibição de atacar bens de caráter civil	16
3.7.4 Proibição de atacar bens culturais e locais de culto	17
3.7.5 Proibição de atacar bens indispensáveis à sobrevivência da população	17
3.7.6 Proibição de atacar o meio ambiente natural	17
3.7.7 Proibição de atacar localidades não defendidas	17
3.7.8 Proibição de atacar zonas e localidades sanitárias e de segurança, zonas neutralizadas e zonas desmilitarizadas	17
3.7.9 Proibição de atacar estabelecimentos ou unidades sanitárias fixas ou móveis	17
3.8 Das restrições gerais do armamento	18
3.9 Restrições previstas pelo Direito da Guerra clássico	18
4 ANÁLISE POLÍTICA	19
4.1 O Vietnam de Ngo Dinh Diem e o “Milagre do Sudeste Asiático”: Perspectivas da atuação do Vietnam do Sul	21

4.2 A Doutrina de Segurança Norte-americana e a Guerra Fria: Considerações da administração Kennedy	23
4.3 Eisenhower e a Teoria do Dominó	26
4.4 Teoria da Resposta Flexível	26
5 HISTÓRICO	28
5.1 Pré-conflito	28
5.1.1 Guerra da Indochina (19 de dezembro de 1946 a 1 de agosto de 1954)	28
5.2 Dois Vietnams	29
5.3 Incidente de Tonkin	30
5.4 Ofensiva do Tet (23 de setembro de 1968)	31
5.5 Nixon e a inovação na Guerra	31
5.6 Estados Unidos deixam a Guerra	32
6 GEOPOLÍTICAS DA ÉPOCA (1945-1964)	33
6.1 Tensões na Europa	33
6.2 Tensões na Ásia	35
6.3 Imaginário da época	36
7 CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O presente guia visa enaltecer e esclarecer as nuances e os acontecimentos a respeito da guerra do Vietnã, conflito o qual ocorreu entre os anos de 1955 a 1975 e afetou diretamente países do sudeste asiático, como é o caso de Vietnã, Laos e Camboja. A guerra do Vietnã se caracterizou como mais um marco com relação aos entraves realizados no cenário conflituoso pós Segunda Guerra, o qual foi denominado de Guerra Fria. Tal cenário ficou caracterizado por diversos fatores e variáveis nos âmbitos econômicos e políticos de diversos países ao redor do planeta.

Ademais, pode se caracterizar como um período constante de medos e tensões, devido a bipolarização de poder existente na época, marcada pelo grande poderio de disputa por influência por parte dos Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tal disputa envolvia principalmente a rivalidade existente entre os modelos políticos de cada nação, tendo os Estados Unidos como defensor do modelo capitalista, enquanto a União Soviética defendia os interesses do socialismo.

A rivalidade existente durante a Guerra Fria era pautada principalmente na base do medo por parte dos demais países, devido ao anseio com relação à eclosão de uma Terceira Guerra Mundial. Sendo assim, facilmente justificado ao se observar a incessante busca pela tecnologia e desenvolvimentos principalmente na área bélica, que na época servia de lucro para as nações soviéticas e estadunidenses.

Diante disso, ambas as partes do cenário de tensão buscavam ao máximo aumentar sua zona de influência e poder, o qual no contexto do período só poderia ser realizado por meio de apoio financeiro e político, visto que, posteriormente à segunda grande guerra, houve o enfraquecimento da maioria dos países detentores de colônias, principalmente as colônias asiáticas controladas pelos colonos europeus.

Nesse ínterim, a região da Ásia se encontrava em um processo de revolução e independência de grande parte dos países, nesse contexto surgem atritos como a guerra da Coreia e também a própria guerra do Vietnã a qual será o enfoque neste guia. Nesse ínterim, vale a ressalva que em ambos os conflitos há a divisão dos países em duas partes, sendo cada uma das partes apoiadas pelos EUA e outra pela URSS, com relação a Guerra do Vietnã em questão tínhamos o apoio estadunidense voltado para o Vietnã do Sul, enquanto o apoio soviético sendo vinculado ao Vietnã do Norte.

Por fim, é válido ressaltar que o enfoque deste guia de estudos é a maior disponibilidade de detalhes e entendimento de todas as nuances do conflito ocorrido no Vietnam, dando-se destaque à ótica estadunidense e de seus aliados políticos e de guerra, tendo enfoque principalmente nos âmbitos políticos, históricos e geopolíticos do conflito.

2 GABINETE CONJUNTO DE CRISE

O Gabinete de Guerra vem a ser uma comissão que reúne determinados membros dos governos e das forças armadas, com o objetivo de delinear certas estratégias e, conseqüentemente, de tomar decisões que busquem redirecionar o conflito. Assim, o presente Gabinete Conjunto de Crise corresponde a uma representação de um Gabinete de Guerra, abrangendo, no entanto, dois fronts opostos para serem simulados pelos delegados.

2.1 Da Origem

Este Gabinete Conjunto de Crise tem como temática a Guerra do Vietnam e funcionará através da organização de duas Salas do Gabinete: de um lado, serão apresentadas forças vietcongs e forças militares do Vietnam do Norte, e, do outro, forças militares do Vietnam do Sul e dos Estados Unidos da América. Por isso, o início da simulação ocorrerá a partir da data de 05 agosto de 1964, visto que esta é considerada o marco temporal da participação ativa dos EUA no conflito.

O Gabinete de Guerra do Vietnam foi originado através de confrontos existentes no território vietnamita, em meados do século XX, ocorrendo o agravamento dessas tensões com a bipolarização mundial advinda dos conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Assim, dada a nítida oposição ideológica entre os governos do Vietnam do Sul e do Vietnam do Norte, sendo aquele um aliado do governo americano e esse um aliado do governo comunista, ocorreu o apoio e financiamento dos EUA e da URSS nos confrontos que envolviam estes dois lados vietnamitas.

Sucedeu-se, portanto, a instituição de um Gabinete de Guerra em ambos os territórios do Vietnam, com o intuito de que ocorresse a elaboração de estratégias e táticas militares que beneficiassem o interesse de seu respectivo front.

2.2 Das Competências

Através de um debate informal ininterrupto, o presente Gabinete e, conseqüentemente, as delegações envolvidas nesta simulação, terão como função a elaboração de táticas e de estratégias, por meio das diretivas, que venham a impulsionar o andamento da guerra, além de promover soluções humanitárias para as problemáticas decorrentes do conflito.

Consequentemente, tem-se como objetivo deste comitê proporcionar, assertivamente, uma experiência sensorial aos delegados de um factual gabinete de guerra. Para isso, cada delegado ocupará um determinado cargo, que possuirá extrema relevância para o bom desempenho das operações civis, políticas e militares no Gabinete. As táticas, portanto, devem ser elaboradas de modo condizente com a atribuição de cada cargo dos membros do gabinete.

Ressalta-se, por fim, que durante o desdobramento da simulação, apesar desse compromisso em retratar de modo verossímil um Gabinete Conjunto de Crise do Vietnam, haverá a possibilidade de ocorrer modificações na história da Guerra, uma vez que este comitê tem caráter dinâmico.

3 DIREITO HUMANITÁRIO

O Direito Internacional Humanitário (DIH) é um campo do Direito Internacional Público voltado para a proteção das pessoas em situações de conflitos armados (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998). Diante disso, faz-se necessário contextualizar e explicar do que se trata o DIH no âmbito internacional antes de adentrarmos no conteúdo da Guerra do Vietnam.

3.1 Definição

O Direito Internacional Humanitário tem indícios desde o período da Grécia Antiga, no entanto, seu surgimento se dá em meados do século XIX por Henry Dunant, o seu criador. Dunant, empresário que sofria problemas com investimentos realizados na Argélia, se dirige a Solferino, na Itália, onde presenciou o combate da Batalha de Solferino, em 1859, que resultou com a morte de 40.000 pessoas (BORGES, 2006).

Após presenciar o conflito, Dunant publicou o livro, intitulado “Um souvenir de Solferino”, em 1862, no qual descreveu tudo o que testemunhou, além de, destacar duas ações que deveriam ter sido utilizadas para evitar conflitos, sendo elas a criação de uma sociedade de socorro privada e a aprovação de um tratado internacional, que facilitasse a sua legítima aprovação (BORGES, 2006).

No ano seguinte à publicação do livro, Henry Dunant e mais quatro pessoas formaram um comitê que de início foi chamado de “Comitê Internacional para Ajuda de Feridos”, o qual, posteriormente, foi transformado no atual Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). E foi por tal atitude que foi estabelecida a base do DIH (PIÑEIRO, 2016).

O Direito Internacional Humanitário (DIH) trata-se do conjunto de princípios e regras aplicáveis a situações de conflito e ocupação armada com fim de limitar os seus efeitos. No passado, havia a divisão entre o Direito da Paz e o Direito da Guerra, sendo o segundo dividido em *jus ad bellum*, o direito de fazer a guerra, e em *jus in bello*, o direito humanitário. É do *jus in bello* que surgiu o DIH, o qual buscava amenizar o sofrimento causado pelas guerras (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998).

O DIH regula a atividade durante conflitos armados e situações de ocupação, portanto, tem como escopo proteger e assistir as vítimas da guerra, almejando reduzir o sofrimento produzido. Por conseguinte, este ramo do direito regula somente os aspectos dos

conflitos que são de preocupação humanitária, e é justamente por esse caráter altruísta que as suas disposições se aplicam às partes conflitantes independentemente dos motivos ou causas defendidas no conflito (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998).

Na fundação das Nações Unidas em 1945, após duas Guerras Mundiais e sucedendo a Liga das Nações, os Estados presentes na Conferência de São Francisco consolidaram alguns princípios do Direito Internacional Humanitário no documento que consolidou a Organização (NAÇÕES UNIDAS, 1945). Desta feita, o art. 2º, parágrafo 4º da Carta das Nações Unidas (1945) dispõe o seguinte:

4. Todos os Membros devem abster-se, em suas relações internacionais, da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra maneira inconsistente com os Objetivos das Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Apesar dessa vedação de ameaças e uso de força, é preciso destacar que há exceções trazidas no capítulo VII do mesmo documento, o qual regula as condições sob as quais a força pode ser utilizada. É possível compreender que o DIH representa o equilíbrio entre a necessidade militar e a necessidade humanitária no contexto da guerra, isto é, as partes em um conflito armado devem distinguir civis e combatentes, bem como os objetos civis dos militares.

3.2 Fonte e aplicação

Uma das principais fontes do Direito Internacional Humanitário são as quatro Convenções de Genebra de 1949¹, as quais foram completadas por mais dois acordos, os Protocolos Adicionais de 1977. Existem outros acordos que também compõe o DIH, como as Convenções de Haia de 1907, a Convenção das Armas Bacteriológicas de 1972, a Convenção das Armas Convencionais de 1980 e a Convenção das Armas Químicas de 1993. Atualmente, a maioria das normas do DIH são aceitas como Direito Consuetudinário, isto é, são normas providas de um costume social (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998).

¹ As quatro Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 são tratados internacionais que foram ratificados ou aderidos por praticamente todos os Estados. Protegem doentes e feridos das forças armadas em campanha; doentes, feridos e náufragos das forças armadas no mar; prisioneiros de guerra; e civis que se encontrem em poder de uma potência estrangeira no caso de um conflito internacional (COMITÊ INTERNACIONAL DA

CRUZ VERMELHA, 1995).

Quanto a sua aplicação, o Direito Internacional Humanitário só se aplica a conflitos armados, e de forma uniforme a todas as partes, independente de quem começou as hostilidades em acordo com o já exposto. Ademais, é importante destacar que, apesar de haver muitas normas semelhantes entre o DIH e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o segundo se aplica em tempo de paz e durante a guerra algumas de suas disposições podem vir a ser suspensas. E, ainda, tais áreas do direito se desenvolveram separadamente, além de constarem em diferentes tratados, portanto, o DIH e o DIDH são áreas distintas, não devendo serem confundidas (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998).

O DIH restringe os meios e os métodos de guerra, sendo proibidos todos os meios e métodos que deixem de discriminar os civis dos combatentes, que causem ferimentos supérfluos de sofrimento desnecessário, e que causem danos graves ou prolongados ao meio ambiente. Em consonância, muitos armamentos foram proibidos pela lei humanitária, como as *cluster weapons*², as armas químicas, nucleares e biológicas, dentre outras (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2004).

Cabe também ao Direito Internacional Humanitário proteger aqueles que não participam do combate, tanto quanto aqueles que deixaram de participar, como feridos, doentes e prisioneiros de guerra. Essas pessoas protegidas gozam de garantias legais, devendo serem protegidas e tratadas humanamente em todas as circunstâncias, sem distinção. Portanto, é proibido matar ou ferir um inimigo que se rende ou é incapaz de lutar. O DIH também dispõe de regras a respeito das condições de detenção de prisioneiros de guerra e forma como os civis devem ser tratados sob autoridade de um poder inimigo, incluindo o fornecimento de comida, abrigo, comunicação com a família e assistência médica. A lei humanitária tem uma série de símbolos reconhecíveis utilizados para identificação e proteção das pessoas, sendo a Cruz Vermelha e a Crescente Vermelha os principais emblemas (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2004).

Os Estados têm obrigação de passar as regras do direito humanitário às suas forças armadas e ao público em geral, para que sejam evitadas violações dessas normas. As violações mais graves são consideradas crimes de guerra e devem ser punidas, podendo

² São armas explosivas que quando acionadas, liberam certa quantidade de projéteis ou fragmentos menores

explosivos com finalidade atingir uma grande área, e, portanto, muitas vítimas (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2010).

essas transgressões vir a serem julgadas diante do Tribunal Penal Internacional (TPI)³, sendo sua jurisdição restrita aos signatários do Estatuto de Roma. Além dele foram criados outros tribunais internacionais específicos, caso do Tribunal Penal Internacional para antiga Iugoslávia (TPII)⁴ e do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)⁵ (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2004).

Diante da contextualização a respeito do Direito Humanitário Internacional de forma generalizada, seguiremos com uma exposição mais detalhada das subdivisões das normas humanitárias, a fim de facilitar a compreensão e aplicação delas na prática.

3.3 Do Direito à Guerra

No cerne dos conflitos internacionais, estes se subdividem em algumas categorias, das quais nos interessam:

3.3.1 Conflito opondo diretamente dois ou mais estados

Conflito armado na sua forma mais conhecida, envolvendo dois Estados ou mais, onde se aplicam com clareza todas as regras aqui elencadas. Pode-se pensar em diversos exemplos como a própria Guerra do Vietnã e demais conflitos armados que não escalaram a uma escala global como veremos mais à frente.

3.3.1.1 Conflito Armado Internacional

Michael Deyra (2001), define o Conflito Armado Internacional como sendo um conflito que progride sequencialmente de intervenções estrangeiras (Apoio financeiro, logístico e a intervenção militar propriamente dita). Ainda se debruça sobre as guerras de procuração, quando os lados beligerantes utilizam de terceiros, mas não engajam diretamente no conflito armado. Por exemplo, a maioria dos conflitos durante o período da Guerra Fria, como no caso do Vietnam, permanecem ignorados pelo Direito Humanitário convencional. O autor ainda propõe considerar duas questões: “saber em que casos estamos perante um conflito interno internacionalizado e a de determinar quais as regras aplicáveis.”

³ O Tribunal Penal Internacional (TPI) investiga e, quando justificado, julga indivíduos acusados dos mais graves crimes de interesse da comunidade internacional: genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 1998).

⁴ O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) é um tribunal das Nações Unidas que lida com crimes de guerra que ocorreram durante os conflitos nos Bálcãs nos anos 90 (INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA, 1993).

⁵ O Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para Ruanda para "processar pessoas responsáveis por genocídio e outras violações graves do direito humanitário internacional cometidas no território de Ruanda e Estados vizinhos, entre 1 de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994" (INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA, 1994).

Um conflito interno torna-se internacional a partir do momento em que um Estado terceiro intervém, permitindo que os seus agentes participem nas hostilidades.

3.3.1.2 Guerra de Libertação Nacional

As guerras de libertação nacional (GLN) são conflitos armados internacionais. Somente certos conflitos obedecem à qualificação de GLN, já que estas consistem em lutas armadas contra o domínio colonial, a ocupação estrangeira ou os regimes racistas (BOCKZEK, 2005). Ainda segundo Deyra (2001), não há um pré-requisito de intensidade da luta de libertação como condição para aplicação das normas. Segundo o autor, deve existir “ao menos um movimento de libertação nacional, suficientemente organizado, estruturado e representativo do povo em nome do qual está a ser conduzida a guerra.” (DEYRA, 2001). Já fora fortemente debatido acerca da assimilação das GLN aos conflitos internacionais, como um expoente do direito à autodeterminação dos povos ou do ressurgimento do conceito de guerra justa. No entanto, a atual conjuntura é da busca por uma aplicação mais estrita do conceito.

3.4 Dos Combatentes

Certas pessoas não podem ser incluídas no percurso da duração das hostilidades, da mesma forma que não são capazes de participar nelas. (DEYRA, 2001). As limitações explicam-se pelo fato de serem os Estados que fazem a guerra em função das suas necessidades. Logo, civis estão excluídos do conflito. Sendo assim, apenas combatentes, por definição, tem o direito de atacar ou resistir, além de serem submetidos a restrições.

3.4.1 Definição dos combatentes

A definição de combatentes é relativamente recente, no entanto, para melhor andamento do comitê, adotaremos a definição de Deyra (2001):

- I. Os membros das forças armadas de uma parte no conflito, incluindo as milícias e os corpos de voluntários;
- II. Os membros dos movimentos de resistência que respeitam certas condições (ter no seu comando uma pessoa responsável, usar abertamente as armas, usar um sinal distintivo fixo e identificável à distância, respeitar as leis e costumes da guerra nas suas operações);
- III. Os membros de uma força regular que reclamam uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora;

- IV. As pessoas que seguem as forças armadas sem delas fazerem diretamente parte (correspondentes de guerra, membros civis da tripulação de aviões militares, entre outros);
- V. Os membros das tripulações da marinha mercante e da aviação civil das partes no conflito;
- VI. Os indivíduos da população de um território não ocupado que se levantam em massa para evitar o avanço do inimigo e sob condição de usarem abertamente as armas e respeitarem as leis e costumes da guerra.

3.5 Extensões

O Primeiro Protocolo das convenções de Genebra estendeu o estatuto do prisioneiro para os principais combatentes do século XX: O guerrilheiro e a criança (DEYRA, 2001)

3.5.1 Guerrilheiros

Após a pressão dos Estados socialistas e do terceiro mundo, que reclamavam o direito ao estatuto de prisioneiro de guerra, o qual discorre sobre os direitos de um prisioneiro de guerra, trazendo assim a salvaguarda daqueles que se encontravam nesta posição. O guerrilheiro consiste num combatente regular quando participa num conflito armado internacional. Apesar de não se distinguir da população civil, faz uso do seu estatuto de combatente se usar abertamente as armas durante cada ofensiva militar e durante o tempo em que está exposto à vista do inimigo, enquanto participar numa ação militar. Os guerrilheiros que podem integrar as forças armadas desses movimentos de libertação nacional, para o desenvolvimento de sua tática de guerra, não usam sinais distintivos, mas recebem a proteção das convenções internacionais como prisioneiro de guerra, possuindo legitimidade para tal (CALAZANS, 2007).

3.5.2 Crianças

Entende-se por criança o indivíduo menor de 15 anos, aqueles com idades entre 15 e 18 anos compreendem combatentes segundo o 43º do Primeiro Protocolo (DEYRA, 2001). O cerne do problema encontra-se na falta de escolha destas crianças que, por vezes, veem nas forças combatentes um meio de prover o seu lar e de encontrar um sentido de vida.

3.6 Exclusões

Existem duas categorias de pessoas que podem não ser consideradas como

combatentes legítimos: o espião e o mercenário. (DEYRA, 2001)

3.6.1 Espiões

Deyra (2001) discorre ainda acerca dos espiões e seus direitos na guerra: “A procura de informações sobre o inimigo não é proibida pelo DIH, no entanto os Estados têm a possibilidade de reprimir a espionagem em função da qualidade de espião”. No entanto, é válido salientar que, na hipótese de os espiões serem civis, em caso de captura, não lhes será reconhecido o estatuto de prisioneiro de guerra, cabendo ao Estado que o capturou tomar as providências que julgar cabíveis, respeitando os limiares do Direito Humanitário Internacional bem como nos casos da quarta Convenção (1949). No entanto, tratando-se de um espião ser combatente, agindo de uniforme ou com um uniforme que o distinga dos não combatentes, este beneficia-se do estatuto de prisioneiro de guerra.

3.6.2 Mercenários

Mercenários são indivíduos que aceitam beligerar em favor de Estados nacionais cuja não são de sua nacionalidade em troca de uma certa quantia monetária. (DEYRA, 2001) Apesar do caso atípico, tendo em vista que a maioria dos Estados nacionais possuem Forças Armadas, estes indivíduos não são abrangidos pelos direitos salvaguardados no estatuto do prisioneiro, não podendo assim ser evocado por estes.

3.7 Proibições

Estas proibições podem ser compreendidas em oito vertentes, as quais serão analisadas segundo a contribuição de Michael Deyra (2001):

3.7.1 Proibição de atacar pessoas que não combatem

A guerra por si só já oferece risco às populações que se encontram no meio do conflito, visto isso, seria injusto e desumano a possibilidade de ataque ao não combatentes.

3.7.2 Proibição de atacar as pessoas que já não combatem

As três primeiras Convenções de Genebra discorrem sobre este tema, afirmando que os indivíduos, sejam eles feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra não podem ser objeto de ataque, tendo assim seus direitos protegidos, bem como garantida sua salvaguarda. Uma vez que o combatente se rende, não pode mais ser considerado combatente, pois este passa a ser vítima.

3.7.3 Proibição de atacar bens de caráter civil

São considerados bens de caráter civil todos aqueles que não constituam objetivos militares. Estes objetivos conjugam-se em duas condições: a sua natureza, localização,

utilização ou o seu destino devem vir a ter uma contribuição efetiva à ação militar; por outro

lado a sua destruição, total ou parcial, a sua captura ou a sua neutralização devem oferecer uma vantagem militar clara. Em outras palavras, o caráter civil ou militar de um bem depende dos termos estratégicos das missões militares.

3.7.4 Proibição de atacar bens culturais e locais de culto

Estes bens tratam-se de edifícios ou construções voltados à ciência, monumentos históricos, obras de artes ou locais de culto que apresentam um interesse artístico, histórico ou arqueológico, ou que constituem o patrimônio cultural e espiritual dos povos, não dependendo independentemente da sua origem, proprietário ou de serem bens móveis ou imóveis.

3.7.5 Proibição de atacar bens indispensáveis à sobrevivência da população

Submeter de civis à fome não é um método de guerra, sendo assim, proibido atacar ou destruir, atingir de qualquer meio danoso, ou que torne inutilizável os bens indispensáveis à sobrevivência da população. Além do exemplo claro de fontes alimentícias, entende-se por bens indispensáveis instalações e reservas de água potável, instalações de irrigação, abrigos ou vestuário.

3.7.6 Proibição de atacar o meio ambiente natural

O meio ambiente natural é um dos, senão o maior bem comum da humanidade, sendo assim, protegido contra os danos extensos, duráveis e graves que lhe possam ser causados, em tempos de guerra e paz. O primeiro Protocolo condena a sujeição à fome e proíbe outro meio de guerra total: os atentados contra o meio ambiente.

3.7.7 Proibição de atacar localidades não defendidas

Há a possibilidade de declarar parte do conflito como localidade não defendida. Existem três condições para isso: executa-se a evacuação de todos os combatentes, bem como do material militar, não poderá ser cometido qualquer hostilidade contra o inimigo e não poderá ser empreendida qualquer atividade de apoio a operações militares.

3.7.8 Proibição de atacar zonas e localidades sanitárias e de segurança, zonas neutralizadas e zonas desmilitarizadas

As zonas e localidades sanitárias e de segurança configuram zonas de refúgio criadas via um acordo entre as partes conflituosas, afastadas ou próximas da frente de combate, acolhem as populações descritas em um acordo entre ambas as partes conflituosas, delimita-se a entrada ou não de demais civis.

3.7.9 Proibição de atacar estabelecimentos ou unidades sanitárias fixas ou móveis

Organizações sanitárias recebem uma proteção abrangente. Sendo o pessoal sanitário especialmente protegido uma vez que, por meio deles são protegidos os feridos e doentes, não podendo ser considerados como combatentes os estabelecimentos além das unidades sanitárias móveis dos serviços de saúde militares e civis.

3.8 Das restrições gerais do armamento

Seguindo o raciocínio de Michael Deyra (2001), armas irremediavelmente letais, aquelas cuja cumprem seu objetivo com tamanha eficácia que deixam praticamente nula a possibilidade de sobrevivência do alvo. Tal é o caso das armas nucleares, das bombas por depressão e dos gases asfixiantes. Armas que produzem efeitos traumáticos excessivos também são proibidas, o objetivo da guerra é de enfraquecer o inimigo, e não de o fazer sofrer para além do que é suficiente para atingir aquele fim. A proibição de armas que causam males supérfluos visa um número muito significativo de armas, entre as quais podemos citar as balas dum dum, os venenos, os projéteis de estilhaços não localizáveis a raios X, as baionetas de cruzou dentadas, as lanças com pontas farpadas, as armas de fragmentação, as bombas de esferas, as armas incendiárias e as minas antipessoal.

3.9 Restrições previstas pelo Direito da Guerra clássico

De acordo com Deyra (2001), são proibidas as balas explosivas e os projéteis enchidos com vidro, as balas dum dum o veneno e as armas envenenadas, da mesma forma que qualquer substância destinada a inflamar o ferimento, as minas automáticas de contato ou, em certas condições, os torpedos submarinos, os lança-chamas, os gases asfixiantes, tóxicos ou similares e os meios bacteriológicos.

4 ANÁLISE POLÍTICA

Com o mundo dividido pelas teias ideológicas da Guerra Fria, em que o sistema internacional é deflagrado pela constante dicotomia capitalismo *versus* comunismo emparelhados pelas lideranças norte-americanas e soviéticas, os conflitos da Indochina⁶ e os seus desdobramentos para o sudeste asiático bem como as disposições da independência do Vietnã dão uma nova proporção para os panoramas latentes, em que o conflito bipolarizado sai do status abstrato da competição pelo poder e se apresenta no plano real por meio do conflito físico.

É dentro de uma conjuntura conturbada no qual o sistema internacional se encontra politicamente fragmentado pelas duas esferas de poder e seus entraves pela hegemonia dos regimes e princípios norteadores dos sistemas sociais e econômicos que os conflitos no Vietnã têm o seu recrudescimento. Dessa maneira, cada território em situação de vulnerabilidade e instabilidade governamental representa uma nova oportunidade para a expansão da esfera de influência dos projetos políticos emparelhados pela potência capitalista dos Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Não obstante, de abril a julho de 1954 várias nações se reúnem, incluindo Estados Unidos, França, Reino Unido, URSS e República Popular da China para estabelecer resoluções para os conflitos que se estabeleciam entre as duas Coreias⁷ e das guerras independentistas da Indochina, em uma série de reuniões conhecidas como Conferência de Genebra (CG). Em decorrência do fim da conferência, é feita a assinatura dos Acordos de Genebra em que se estabelecem as diretrizes para a independência do Vietnã e se decide pelo cessar-fogo do conflito que se desencadeava no território.

Neste contexto, os resultados da Conferência de 1954 se demonstram símbolos físicos da divisão global que o mundo vivenciava, em que além da independência em relação à França no território vietnamita, é feita divisão da região pelo 17° Paralelo⁸. Deste modo, é separado o país pelos territórios do Vietnã do Sul capitalista, emparelhado pelo imperador Bao Dai e cuja capital era Saigon, e no Vietnã do Norte comunista liderado por Ho Chi Minh, do qual tinha Hanói como capital, até serem convocadas novas eleições. Assim, é

⁶ Guerra travada em 1946 pelos independentistas contra a dominação francesa e teve fim em 1954 com a assinatura do Tratado de Genebra (WASHINGTON, 2004).

⁷ Guerra das Coreias: Guerra travada de 1950 até 1953 na Coreia que finda na divisão territorial em Coreia do Norte apoiada pela URSS e em Coreia do Sul, apoiada pelos EUA (MAREK, 2015).

⁸ Paralelo; Linha imaginária 17 graus acima da linha do Equador (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

crucial compreender que estes não se tratam de um evento isolado das tensões globais vivenciadas, ao passo que na realidade, a divisão dos blocos vietnamitas e os rumos a serem traçados para o país são concebidos como fatores determinantes da manutenção hegemônica dos projetos políticos ideológicos postos em evidência na conjuntura internacional.

Em consonância, a perda de influência da nação francesa dentro do Sudeste Asiático após os conflitos independentistas e a decisão da Convenção de Genebra para o Vietnam, representa para o bloco ocidental e para seus alinhados a abertura para a ascensão do domínio da União Soviética e da China. Em conformidade, não se tratava apenas de um domínio dentro da ex-colônia das França, mas também por meio de um movimento gradativo de dominância fronteiriça aos países vizinhos para a configuração de um sólido bloco, marcado pelo “efeito dominó”⁹ da hegemonia sino-soviética da na região asiática. Não obstante, as resoluções da CG demonstraram a fragilidade do engajamento e coesão do bloco ocidental (Estados Unidos, França e Grã-Bretanha) para formar uma coalização para intervenção militar de manutenção do *status quo*¹⁰ em contraste com o grande poder de articulação do bloco comunista com os Viet Minhs¹¹ e com os insurgentes comunistas do Laos e Camboja para a articulação de um cessar-fogo.

Assim, saindo da conferência com resultados não satisfatórios e sob a desconfiança para com os futuros resultados das eleições do Vietnam, os Estados Unidos da América se consagram fortes aliados ao regime anticomunista de Ngo Dinh Diem, líder e primeiro presidente do Vietnam do Sul após a independência, do ano de 1955 até 1963. Por um lado, ainda que para os Estados Unidos os termos dos acordos pudessem ser considerados minimamente razoáveis do ponto de vista da administração para apaziguar as relações caóticas e contrastantes entre os aliados ocidentais, existiam algumas controvérsias. Embora estes recusassem a adoção de alternativas militares, ser signatário de um acordo em conjunto do bloco sino-soviético representaria por outro lado o enfraquecimento das doutrinas anticomunistas e o reconhecimento de que a nação norte-americana não teria capacidade de lidar com a situação pelos meios militares, o que leva à não assinatura dos acordos e portanto não legitimação das disposições da conferência tanto por parte dos EUA quanto pelo Vietnam do Sul (GURTOV, 1968).

⁹ Termo a ser abordado na seção 4.3. deste guia.

¹⁰ *Status quo*: Estado das coisas. (Tradução nossa)

¹¹ Viet Minh: Liga pela Independência do Vietnam, representando as forças políticas e militares comandadas pelo líder do Vietnam do Norte, Ho Chí Minh (NGUYÉN, 2005).

4.1 O Vietnam de Ngo Dinh Diem e o “Milagre do Sudeste Asiático”: Perspectivas da atuação do Vietnam do Sul

Dotado de uma forte articulação com a agenda anticomunista e proposto a definir novos rumos para o Vietnam no estabelecimento de um governo sólido, nacionalista e democrático para combater as ameaças do bloco norte vietnamita, Ngo Dinh Diem inicialmente foi movido por uma campanha de amplo apoio estadunidense para a sua configuração enquanto liderança regional. Ademais, muitos estudiosos da guerra vão apontar o papel de Diem como um líder intrinsecamente articulado com os interesses americanos, que havia sido instalado e apoiado Washington exclusivamente para servir aos objetivos dos EUA para a Guerra Fria (MILLER, 2004), sendo ora mencionado como “o homem milagroso do sudeste asiático”.

Em contrapartida, esta concepção demonstraria as suas fragilidades levando em consideração que em determinados momentos de sua atuação política, os ideais de democracia pensados pelo líder vietnamita entrariam em choque com os valores democráticos e sentidos de liberdades pensados pelos Estados Unidos. Neste sentido, muito além da noção de que Diem era apenas uma criatura da política externa dos EUA, seus interesses e planos práticos de ação estavam muito mais ligados ao forte enraizamento das tradições católicas e confucionistas, das quais compactuavam com os seus ideais da promoção do nacionalismo vietnamita anticolonial.

Outrossim, em um primeiro momento em junho de 1954, Ngo Diem retorna de seu autoexílio iniciado durante os conflitos da Indochina a pedido do então líder Bao Dai, imperador instituído pelos franceses, para servir como primeiro-ministro no governo sul-vietnamita. No ano seguinte à sua convocação, por meio de um golpe de estado e realização de um referendo, Diem assume a função de chefe de governo, expulsando o imperador, se tornando presidente do Vietnam do Sul e proclamando a República do Vietnam. Deste modo, recusando-se a compactuar com os Acordos de Genebra, que exigiam eleições livres em todo o Vietnam para os dois anos seguintes e com o encargo de administrar uma região dilacerada por grupos dissidentes e facções políticas de oposição, o agora líder estabelece um regime autocrático cercado de controvérsias. Assim, o líder tem um mandato questionado pela composição administrativa escancaradamente nepotista elevando membros de sua própria família aos níveis e cargos mais altos do governo, elevado teor de repressão aos movimentos oposicionistas ao governo e divergências de tratamento e atritos perante

outras religiões alternativas ao catolicismo, sobretudo às comunidades budistas (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 1998).

A prioridade de Diem foi expandir a autoridade de seu governo pelo resto do território do Vietnã do Sul. No entanto, o líder não concentrou seus esforços apenas no âmbito da conquista militar, controle físico da terra e das pessoas, dedicando também atenção especial aos aspectos ideológicos de sua agenda para a construção da nação sul-vietnamita. Em sua propaganda oficial, o regime de Diem se referia ao seu programa de ação em evolução como a "Revolução Nacional" – o slogan que Diem havia usado pela primeira vez em 1954, mas que agora assumia um caráter mais elaborado significado (MILLER, 2013).

Diante deste cenário, os projetos revolucionários de Ngo Diem contavam com medidas arbitrárias de repressão e com poucas perspectivas para o engajamento do país em novas eleições, levando seu projeto de governo a ser amplamente desacreditado pela própria população do Vietnã do Sul, fator que se demonstra essencial para o aliciamento de cidadãos para a defesa dos interesses Vietcongs¹².

Não obstante, o governo de Ngo Dinh Diem entra em seu ápice para o seu desmantelamento durante maio de 1963, quando este é responsável por uma supressão violenta de um protesto budista que resultou na morte de 9 pessoas e deixando outros feridos. Por conseguinte, repercutindo negativamente tanto na comunidade local, engajando um processo de crise política interna, quanto na comunidade global, que recebe as notícias da repressão a essas demonstrações essencialmente políticas em via das autoimolações de monges budistas divulgadas amplamente, abalando a opinião pública ocidental (STEARMAN, 2010).

Deste modo, se por um lado o apoio norte-americano era embasado pela retórica de defesa das pautas e ações anticomunistas, os ideais de hegemonia democrática defendidos pela administração dos EUA não compactuavam com as características ditatoriais estabelecidas pelo regime de Ngo Diem. Em decorrência da repressão às liberdades individuais no âmbito religioso e do consequente enfraquecimento dos anseios nacionalistas por parte da população, o então presidente John F. Kennedy (1961-1963) passa a cessar o apoio e medir esforços para a destituição do líder sul-vietnamita. Ademais, o cenário de

¹² Representam a Frente Nacional para a Libertação Vietname, formavam um exército composto por sul-vietnamitas contra a coalização norte-americana com o Vietnã do Sul, sendo peças chave na articulação de estratégias de ataque do grupo de oposição (Viet Minhs) dentro do seu próprio território, bem como a formação e recrutamento de guerrilhas armadas.

instabilidade política vivenciado pela República do Vietnã do Sul torna a regiãõ cada vez mais propícia para a infiltração dos Vietcongs no território.

Assim, em agosto de 1963, com o governo do Vietnã do Sul experimentando uma dificuldade crescente com a luta contra as guerrilhas insurgentes dos norte-vietnamitas, o governo Kennedy, temendo um acordo secreto de cooperação entre as populações do Vietnã do Norte, movidos pela grande oportunidade de avanço territorial em meio às fragilizações governamentais, e do Sul, desacreditados da autoridade governamental, autoriza a derrubada do Presidente Diem. Por conseguinte, é articulado um golpe em novembro do mesmo ano em conjunto dos generais do exército do Vietnã do Sul, levando ao encarceramento e assassinato de Ngo Diem (BRIGHT, 2000).

Com a desarticulação da estrutura do governo, fica em seu lugar um histórico de alternância de poder sucedido por um grupo de generais com pouca ou nenhuma experiência na arena política. Não obstante, se por um lado Kennedy esperava que o extermínio do presidente e mudança administrativa reuniria apoio popular e despertaria o espírito do nacionalismo, o inverso ocorreu. Após o assassinato do Presidente Diem, a instabilidade do Vietnã do Sul é mantida pelas sucessivas disputas pelo poder no país (BRIGHT, 2000), deixando como herança para os próximos anos a presença de lideranças frágeis e voláteis.

4.2 A Doutrina de Segurança Norte-americana e a Guerra Fria: Considerações da administração Kennedy

Os conflitos ideológicos em questão vivenciados pela conjuntura internacional da época e os papéis assumidos pelos discursos hegemônicos das partes configuraram aos Estados Unidos o discurso de pátria libertadora, vendendo a ideia de que toda e qualquer nação que oferecesse obstáculos à implementação do projeto político ocidental estaria além de oferecendo riscos aos processos democráticos e liberdades individuais, riscos diretos à humanidade, assim, foi construída a retórica da ameaça comunista e da necessidade de oferecer soluções eficazes para extinguir os males oferecidos pela hegemonia soviética.

Neste sentido, a Guerra Fria tinha começado com uma convocação para apoiar a liberdade e a democracia através do mundo, reforçado pelo presidente Kennedy no seu discurso de posse em 1961. No entanto, ao longo do tempo, as doutrinas militares que davam sustentação à estratégia de contenção começaram a provocar um desgaste junto às percepções do público. O hiato entre o poder destrutivo das armas e os propósitos para os quais elas poderiam ser usadas se revelavam intransponíveis e com o tempo, não apenas os

propósitos do engajamento na Guerra do Vietnam se demonstravam vagos e baseados puramente na defesa de um nacionalismo ufanista, como também a legitimidade da guerra e apoio popular passaram a ser questionados em meio à um conflito sangrento e duradouro (KISSINGER, 2015).

Em janeiro de 1965, os EUA não tinham uma estratégia militar definida e clara para lidar com o surgimento das forças regulares do Exército do Vietnam do Norte que não fosse diretamente relacionada aos panoramas da Doutrina Truman¹³ de perseguição do perigo vermelho¹⁴ à qualquer custo. A "grande estratégia" para a contenção do comunismo acima do paralelo 17 ainda permanecia; no entanto, uma estratégia militar objetiva e com suas particularidades definidas para alcançar os seus fins ainda não havia sido adotada. Em agosto de 1965, a Junta de Chefes de Gabinete defendia um conceito estratégico geral das operações militares dos EUA no sudeste da Ásia que visualizava três tarefas:

4.2.1 Obrigar Hanói a cessar e desistir do domínio no Vietnam do Sul; desta forma, se almejava estabelecer uma relação de poder superior ao exército oponente no qual os líderes da oposição norte-vietnamita não encontrariam outra solução para o conflito senão a desistência das investidas contra o território do sul.

4.2.2 Derrotar os Vietcongues no Vietnam do Sul e ampliar o controle do governo sobre a região abaixo do Paralelo 17; assim, o Vietnam do Sul poderia assegurar uma maior estabilidade dentro de seu próprio território e bloquear definitivamente o avanço das tropas inimigas que não raramente tinham apoio da própria população local.

4.2.3 Impedir a China de intervir e derrotar qualquer intervenção, caso ocorra; O que impediria que o conflito tomasse proporções maiores em que em relação ao Vietnam do Norte as chances de vencer no conflito se tornariam mínimas levando em consideração o poderio militar empenhado pela nação chinesa (BRIGHT, 2000).

De um modo geral, as configurações da doutrina e estratégias da administração Kennedy, e posteriormente de Lyndon Johnson (1963-1969) que o sucede após seu assassinato em 1963, estão muito interligadas com as disposições da Doutrina Truman e do Plano Marshall¹⁵. Contudo, um fator que não havido sido levado em consideração

¹³ Doutrina Truman: Conjunto de práticas adotadas pelos Estados Unidos da América na Guerra Fria para conter o avanço do comunismo e ameaças à segurança internacional e ideais da democracia norte-americana (MAREK, 2019). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1947-divulgada-a-doutrina-truman/a-305913>

¹⁴ Perigo Vermelho: Referência à ameaça da expansão dos ideais soviéticos, tradicionalmente representados pelo vermelho vivo presente na bandeira da URSS (Definição nossa).

¹⁵ Plano Marshall: Doutrina de reabilitação econômica planejada pela Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) aos países europeus pós Segunda Guerra Mundial (NÜRNBERGER, 2019). Disponível em:

previamente na aplicação dessas estratégias é o fato de que elas foram idealizadas com base na aplicação em estruturas estáveis como nos moldes das nações europeias. Assim, entrando em contraste ao serem aplicadas para regiões subdesenvolvidas como o Vietnã e por conseguinte, não garantindo a mesma eficiência do que quando aplicada a modelos de maior estabilidade.

Deste modo, esses dilemas chegaram ao auge na Guerra do Vietnã, ao passo que diversas medidas já haviam sido emparelhadas pelas administrações americanas ao longo dos anos e relativamente pouco avanço ou expectativa de vitória da potência ocidental parecia se desdobrar. Muito já havia sido feito para evitar definitivamente a entrada dos Estados Unidos por meio do envio de tropas, o que de certo modo, demonstra que as decisões que culminaram na participação de soldados americanos em solo vietnamita não foram feitas de modo precipitado. Assim, a participação dos EUA deve ser compreendida fundamental como consequência de uma série de tentativas falhas em estabelecer o poder hegemônico no sudeste asiático que se articulava desde antes a Guerra do Vietnã existir de fato no plano físico.

Harry Truman, presidente americano (1945-1953) já tinha enviado conselheiros civis ao Vietnã do Sul para resistir às guerrilhas ainda em 1951, de modo a assegurar que a oposição socialista não dominasse o conflito indochinês, o que em parte reforçou a estrutura de fragmentação política existente entre os “dois Vietnãs”. Eisenhower havia acrescentado assessores militares em 1954, uma medida que se demonstra paliativo na tentativa de aumentar a expertise e tática do exército do Vietnã do Sul dotado de um nível organizacional e de estratégica expressivamente inferior ao americano. Não obstante, atrelado à essas problemáticas, o território sul-vietnamita ainda se depararia com o cenário de profunda instabilidade política que fica de legado do governo controverso de Ngo Dinh Diem.

Outrossim, é no enfrentamento dessas adversidades que vinham se acumulando desde a década passada que o Presidente Kennedy autoriza o uso de tropas de combate como auxiliar em 1962. Já Johnson, mobilizou uma força expedicionária em 1965 que acabaria atingindo meio milhão de militares. O governo Kennedy estivera prestes a participar da guerra, e a administração Johnson assumiu essa decisão por estar convencida de que o ataque norte-vietnamita ao Vietnã do Sul era uma cabeça de ponte de um esforço sino-soviético rumo ao domínio global, e que precisava encontrar a resistência das forças

americanas; caso contrário todo o Sudeste Asiático cairia sob controle comunista (KISSINGER, 2015).

4.3 Eisenhower e a Teoria do Dominó

Uma das teorias elaboradas pelos Estados Unidos e que por muito tempo vigorou na legitimação de ações empreendidas em nome da supressão de ameaças da Guerra Fria ficou conhecida como a Teoria do Dominó, teoria esta que foi base significativa para a intervenção americana direta no território do Vietnam. Outrossim, foi durante uma conferência de imprensa em abril de 1954, que o então Presidente norte-americano Dwight Eisenhower (1953-1961) destacou "o princípio do dominó em queda" por trás da política externa americana: "Você tem uma fileira de dominós montados, você derruba o primeiro e o que acontecerá com o último é a certeza de que o problema será resolvido muito rapidamente. Assim você poderia ter o começo de uma desintegração que influências mais profundas" (EISENHOWER, 1954 *apud* LEESON; DEAN, 2009).

Os dominós que Eisenhower descreveu eram países, e o elemento contagioso que eles carregavam eram os características político-econômicas do comunismo. Em particular, o princípio de dominó em queda de Eisenhower, em referência ao alinhamento dos países com a União Soviética versus o Estados Unidos (LEESON; DEAN, 2009). Neste sentido, o alinhamento do Vietnam do Norte com as políticas sino-soviéticas representava as peças de dominós necessárias para que os países vizinhos fossem contaminados com as mesmas ideologias e que desta forma se fazia necessária a intervenção.

4.4 Teoria da Resposta Flexível

Primordialmente, se reconheceu como fundamental a missão de impor obstáculos para barrar o projeto sino-soviético para o sudeste asiático, e neste sentido, a administração Kennedy decidiu que o meio mais eficaz para minimizar esse efeito dominó era através da doutrina da resposta flexível. Os fundamentos da resposta flexível levaram naturalmente a quatro suposições, como aponta Bright (2000):

- 4.4.1 A defesa do Sudeste da Ásia é crucial para a manutenção da ordem mundial;
- 4.4.2 A força poderia ser aplicada no Vietnam com precisão e discriminação;
- 4.4.3 Os meios existem para avaliar efetivamente o desempenho das ações;
- 4.4.4 Os efeitos das ações aumentariam o poder, o prestígio e a credibilidade dos

americanos e, por conseguinte, do bloco ocidental no mundo.

A resposta flexível deu ao presidente a capacidade de selecionar opções não militares e militares, ao responder a uma crise e permitir que os Estados Unidos cumprissem cada ação hostil com uma reação proporcional. As linhas de ataque incluíam medidas diplomáticas, como manter relações fortes com potenciais aliados e estar pronto para retirar o pessoal da embaixada em pouco tempo; medidas políticas, como aumentar o diálogo com a imprensa e divulgar declarações frequentes de políticas públicas; medidas econômicas, como aumentar ou cancelar a ajuda americana a outros países; e, talvez o mais importante, medidas militares, como modernizar a frota de mísseis dos EUA, aumentar as capacidades convencionais e intensificar o treinamento para forças especiais (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2014).

A crença na resposta flexível, juntamente com a afirmação de Kennedy em seu discurso inaugural em janeiro de 1961 afirmando que “pagaremos qualquer preço, carregaremos qualquer fardo, enfrentaremos qualquer dificuldade, apoiaremos qualquer amigo, e opor-se a qualquer inimigo para garantir a sobrevivência e o sucesso da liberdade” (KISSINGER, 2015) denota que a administração norte-americana estava disposta a realizar o possível e o impossível para a obtenção de seus fins.

Se em um primeiro momento o engajamento estadunidense na Guerra do Vietnam e no enfrentamento das guerrilhas vietcongs se tratavam substancialmente do apoio bélico e financeiro ao Exército do Vietnam do Sul, no período em que os meios passaram a não atingir as performances esperadas no confronto o governo flexibilizou cada vez mais as suas estratégias para adaptarem-se as necessidades latentes. É neste sentido que, levando em consideração da expertise do Exército dos Estados Unidos, o presidente Kennedy abre caminhos para que tropas sejam efetivamente enviadas e que o país entre devidamente no confronto bem. Além disso, a lógica dos meios necessários para a conquista dos fins implica em tomadas de decisões bruscas, ainda que questionáveis, tanto no emprego de armamentos biológicos como no uso do Agente Laranja¹⁶ para deter o avanço dos Vietcongs ainda que seu uso implicasse na lesão ou violação da integridade de civis.

¹⁶ Agente Laranja: Químico herbicida de uso tático amplamente utilizado no programa militar americano para a Guerra do Vietnã, dotado de propriedades que mediante à exposição levam a queimaduras graves,

desenvolvimento de doenças e outras sequelas além da morte (WALKER, 2019).

5 HISTÓRICO

Para o entendimento profundo da Guerra do Vietnam, destaca-se o papel histórico dos atores envolvidos, tanto do lado dos Estados Unidos da América e do Vietnam do Sul, como do lado do Vietnam do Norte. Desse modo, o referido tópico irá discorrer acerca dos conflitos de maior importância a partir da entrada norte-americana na Guerra. Porém, salienta-se que o embate se iniciou bem antes da chegada efetiva dos Estados Unidos no Vietnam, tendo como marco inicial a Queda de Dien Bien Phu e a Independência da Indochina.

5.1 Pré-conflito

De início, se faz importante analisar a política do Vietnam antes de adentrar no próprio contexto histórico da guerra, bem como a Independência da Indochina, tendo em vista que o panorama político introduzirá a respeito da situação local que levou até o conflito armado.

5.1.1 Guerra da Indochina (19 de dezembro de 1946 a 1 de agosto de 1954)

Também chamada de Indochina Francesa, foi o território que foi formado após a invasão e ocupação dos franceses durante o período do colonialismo, na segunda metade do Século XIX. O território do Vietnam fazia parte da Indochina francesa até 1930, quando foi criada a Liga para a Independência do Vietnam, criada por Ho Chi Minh em 1941, era o aparato de orientação comunista que idealizava o processo de independência e de criação de uma república e ficou mais conhecido como Vietminh.

Com a Segunda Guerra mundial, a França perdeu domínio do território em decorrência da invasão japonesa. Com o término do conflito a França torna a reger a Indochina, com isso, o sentimento de independência tornou-se mais forte na região, levando os franceses e os independentistas a lutarem por na primeira guerra da Indochina¹⁷.

A Guerra da Indochina começa com o Incidente de Haifom¹⁸, ocorrido em 23 de novembro de 1946. Como início da guerra, o governo francês enviou cerca de 200 mil soldados para combaterem contra os vietnamitas do Norte e tentar derrotar o Vietminh. Os combatentes do Vietnam do Norte, por sua vez, utilizaram de táticas de guerrilha no combate aos franceses, que eram militarmente superiores. Essas técnicas variavam de

¹⁷ Guerra travada em 1946 pelos independentistas contra a dominação francesa e teve fim em 1954 com a assinatura do Tratado de Genebra.

¹⁸ Bombardeio francês à cidade de Haifom que deixou cerca de 6000 mortos.

rápidos ataques seguidos de fuga vietnamita e de pequenos atentados contra o exército colonial. Em 1949, depois da revolução chinesa, os combatentes do Vietnam passaram a receber apoio bélico tanto da China comunista quanto da União Soviética e a França se aliou aos EUA para seguir na guerra pela Indochina.

Somente em 1950 que houve a desocupação francesa no local e em 21 de julho de 1954, a assinatura do Acordo de Genebra¹⁹ dava origem a quatro países na região antes dominada pela França. No Brasil, o referido acordo foi incorporado por meio do decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957. Os países que se originaram do Acordo foram Vietnam do Norte, Laos, Camboja e Vietnam do Sul.

5.2 Dois Vietnams

O Vietnam do Sul era governado pelo imperador Bão Dai e a parte ao norte do paralelo dezessete²⁰ por Ho Chi Minh. Durante um período de aproximadamente 300 dias, era permitida a livre circulação entre os dois países e isso levou uma grande quantidade de nortistas católicos a migrarem para o Sul por medo da perseguição comunista. Era esperado que após a corrida presidencial, fossem unificados os dois Vietnams em um único país após as eleições de julho de 1956, no entanto, o Primeiro ministro do Vietnam do Sul, Ngo Dinh Diem, apoiado pelos EUA, depôs o imperador por meio de um referendo e se auto proclamou presidente da República do Vietnam.

A eleição de Ngo Dinh Diem foi tida como fraudulenta e problemática pelo Norte, desencadeando, assim, a guerra civil do Vietnam. O conflito se firmava durante uma situação de grande instabilidade no Globo, a Guerra Fria²¹. Pelo fato de as forças combatentes representarem justamente os lados opostos da guerra fria, foram dispostos auxílios tanto da potência comunista, a União Soviética, quanto dos Estados Unidos, capitalistas.

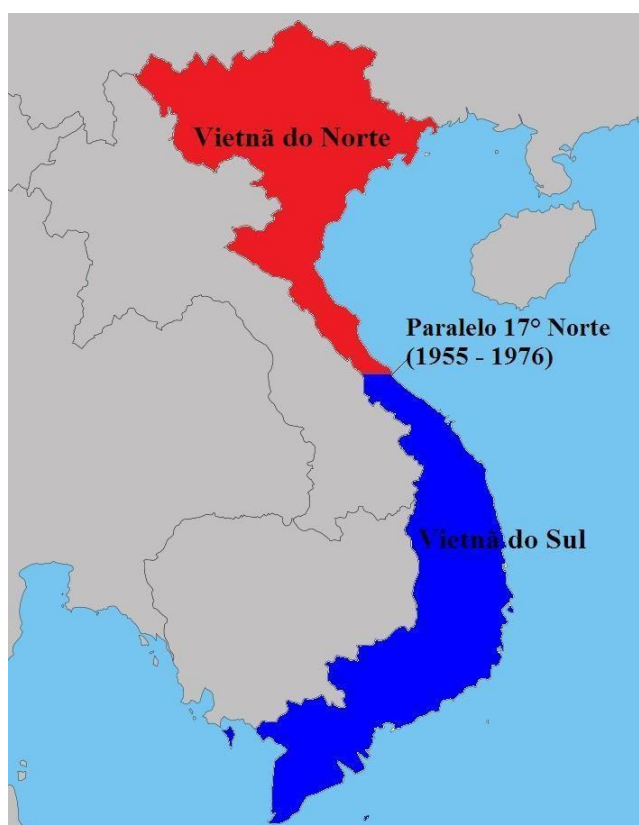
FIGURA 1 – Os territórios que formaram os dois países eram separados pelo paralelo 17º, uma zona desmilitarizada

¹⁹ Encontrado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42121.htm

²⁰ Paralelo do globo responsável pela divisão entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.

²¹ Guerra político-ideológica travada pelas principais potências político-econômicas da época, URSS e EUA, por

influência no globo.



Fonte: BEZERRA (2018)

Em 1959, os Estados Unidos haviam perdido a guerra civil pelo governo de Cuba²², um país a 200km da Costa estadunidense, e isso fez surgir nos americanos um sentimento de anticomunismo ainda mais forte do que o existente. Posteriormente, em 2 de novembro de 1963, Ngo Đinh Diem foi assassinado por forças do Norte, que atacaram uma base Norte americana em Saigon, o que levou o presidente americano John F. Kennedy (JFK) a enviar as primeiras tropas ao conflito.

5.3 Incidente de Tonkin

Após a morte de Kennedy em 22 de novembro de 1963, assume o presidente Lyndon Johnson, que teve que lidar com a bravata de um incidente entre navios estadunidenses e norte-vietnamitas no golfo de Tonkin²³. Em 28 de julho de 1964 o destróier USS Maddox foi enviado ao Golfo de Tonkin com a finalidade de servir em uma missão secreta na costa do Vietnam do Norte. A ação militar consistia na infiltração de tropas

²² Em 1959, Cuba passara por um golpe que depusera o Fulgêncio Batista, antigo chefe de Cuba que era apoiado pelos Estados Unidos.

²³ O golfo Tonkin de é um braço do mar da China Meridional, com 500 km de comprimento por 250 km de largura. Cobrindo uma área de 126,250 km, o golfo limita o Vietnã a noroeste, oeste e sudoeste.

especiais fiéis às forças do Sul nas praias nortistas para que pudessem ser feitas explorações, mas real intenção era provocar os Norte-vietnamitas. Na noite de 2 de agosto foi reportado pelos tripulantes do USS Maddox que eles estariam sob ataque de uma suposta artilharia de fabricação russa. O segundo ataque se deu em 4 de agosto, quando o Maddox identificou 4 embarcações inimigas e convocou um ataque aéreo contra elas. O incidente foi o necessário para que o presidente Lyndon enviase meio milhão de soldados para o Vietnam, dando início à primeira grande participação americana na guerra.

5.4 Ofensiva do Tet (23 de setembro de 1968)

A participação estadunidense veio dotada de tecnologia bélica de ponta à época e forte sentimento revanchista contra a doutrina socialista. Porém, o despreparo dos soldados não permitia o pleno sucesso das forças sulistas. Foi em 23 de setembro de 1968 que os EUA tiveram a primeira grande derrota, na Ofensiva do Tet²⁴, que fora arquitetada pelos soldados do Norte e executada sob o comando do general Vo Nguyen Giap. A ofensiva foi pautada em ataques simultâneos que levaram à tomada da embaixada estadunidense em Saigon. Porém, a postura dos Estados Unidos no tocante ao emprego de armas químicas e realização de massacres deliberados foi extremamente reprovada em solo nacional, dando início a uma grande onda de protestos contra a guerra do Vietnam.

5.5 Nixon e a inovação na Guerra

Durante a eleição presidencial de novembro de 1968 nos Estados Unidos, o presidente Richard Nixon, então candidato republicano, havia feito uma campanha baseada no lema “paz com honra” no Vietnam. Com base nisso, seu plano era reforçar as forças armadas sul-vietnamitas para que estas pudessem levar adiante sozinhos a defesa do país. Tal política foi chamada de “vietnamização” e tinha muito em comum com a política adotada por JFK. Porém, havia uma importante diferença entre as duas. Enquanto Kennedy pregava que os vietnamitas do sul deveriam lutar a guerra por si sós, também tentava limitar o tamanho do conflito. Nixon, por sua vez, em busca de uma retirada por honra, afinal, seu país não poderia sair por baixo, almejava empregar táticas diferenciadas para a retirada do conflito, inclusive aumentando o alcance geográfico da guerra.

²⁴ Tet é o principal feriado do calendário vietnamita e é a celebração do ano novo lunar.

Nixon também tentou estabelecer negociações, procurando uma *détente*²⁵ com a União Soviética, visto que a Guerra Fria aumentava diante das tensões provocadas pelo conflito, que levou a uma redução de armas nucleares pelas superpotências, e uma reaproximação com a China, numa política que tinha por objetivo diminuir as tensões internacionais. Entretanto, tanto a China como a União Soviética continuaram enviando ajuda aos norte-vietnamitas. No dia 2 de setembro de 1969, o presidente do Vietnã do Norte, Ho Chi Minh morreu por insuficiência cardíaca.

5.6 Estados Unidos deixam a Guerra

Neste meio tempo, o movimento antiguerra crescia nos EUA, visto o crescente aumento na taxa de mortalidade dos soldados americanos no conflito e a divulgação das barbaridades cometidas contra pequenas aldeias (utilizando napalm²⁶ e armas químicas), mulheres e crianças, fazendo com que a pressão pelo fim do conflito crescesse ainda mais sobre as costas do governo americano. Essa pressão popular, aliada aos anos intermináveis de uma guerra que aparentava não ter fim, levou o presidente Nixon a propor a assinatura de um cessar-fogo com as tropas norte-vietnamitas.

Nessa perspectiva, a assinatura desse cessar-fogo deu fim à participação das forças americana em solo do Vietnã no dia 27 de janeiro de 1973. Enquanto isso, no senado americano, foi aprovada uma emenda que proibia um novo envolvimento do país na guerra. Dessa forma, como consequência da saída norte-americana do conflito, o governo do Vietnã do Sul (outrora apoiado pelos EUA), nesse período governado por Nguyen Van Thieu, ficou bastante enfraquecido, não sendo mais capaz de deter os constantes avanços dos exércitos comunistas do Norte. A cidade de Saigon, capital do Vietnã do Sul, foi conquistada e renomeada para Ho Chi Minh, em homenagem ao falecido líder do Norte, em 1975. Por fim, com a derrota do governo sulista e a deposição de seus líderes, o Vietnã foi unificado sob um governo liderado por comunistas, cravando assim o fim do conflito.

²⁵ Détente é uma palavra francesa que significa distensão ou relaxamento. No contexto geopolítico significa diminuição da tensão nas relações entre nações ou governos ou melhora das relações internacionais.

²⁶ Substância altamente inflamável chamada de fogo líquido, produzida à base de gasolina gelificada e utilizada

como armamento militar incendiário.

6 GEOPOLÍTICAS DA ÉPOCA (1945-1964)

A conjuntura global sofreu severas modificações após a Segunda Guerra Mundial, tendo a maioria das mudanças sido de cunho territorial e ou político. Nesse ínterim, diversas alterações geopolíticas abarcaram o mundo, principalmente nos continentes da Europa e Ásia, as quais passaram por diversos conflitos dos mais diversos âmbitos, como são os casos de processos de independência, mudanças de formas de governo, mudança ideológica politicamente e por fim disputa de interesses com relação a determinados territórios frutíferos economicamente.

6.1 Tensões na Europa

Levando em consideração as regiões mais afetadas podemos destacar com um enfoque maior a região da Europa, aonde fica localizado os principais países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Além de conter a maior quantidade de países afetados geopoliticamente, tendo diversos países devastados pelo grandioso conflito armado que ocorreu no início da década de 1940.

Entretanto, partes dos países vencedores da guerra tiveram um exacerbado crescimento econômico, dentre eles Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, principais representações do bloco dos aliados da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, surge uma rivalidade e oposição ideológica envolvendo os países capitalistas dos aliados e a URSS representante da ideologia socialista dentro do bloco dos aliados. Dessa forma, divergências ideológicas ocasionaram uma separação entre as partes e o crescimento de uma rivalidade relacionada aos avanços econômicos e tecnológicos de ambas as partes, visto que as ideologias adotadas para as partes eram totalmente divergentes e contrárias, havendo assim uma clara oposição entre elas no sentido de uma ser contrária a outra, sendo assim uma responsável pelo declínio da outra e vice-versa.

Em uma análise pautada na ótica estadunidense, era visualizada a União Soviética como sendo uma nação com puros interesses expansionistas, em detrimento da disseminação do ideário comunista a países fragilizados e afetados no pós-guerra, visando um controle global por meio de uma política controladora, havendo assim, a necessidade de combate a esta. Nesse tocante, o conflito tomou proporções ainda maiores após o envolvimento da URSS nos conflitos civis existentes na Grécia e Turquia, em 1947, o qual era realizado pela

movimentação de grupos comunistas dentro desses países que sofriam com uma enorme crise econômica e política pós Segunda Guerra.

Diante disso, houve uma contraofensiva estadunidense, a qual, por meio do seu presidente da época, Harry Truman (1945-1953), lançou a solução de ajuda financeira a esses países em crise como forma de combate a esses grupos comunistas ascendentes politicamente nos países em déficit financeiro pós-guerra. Tal ajuda ficou conhecido como Plano Marshall, o qual fazia parte de uma série de medidas em quadras na famosa doutrina Truman, este documento estava pautado principalmente em aspectos geopolíticos e geoestratégicos com a finalidade de conter o avanço da União Soviética dentro das fronteiras estabelecidas desde o final do pós-guerra (ARAÚJO, 2015, p. 23).

A doutrina Truman atingiu principalmente a parte ocidental da Europa, enquanto as medidas de resposta da URSS como a formação do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e a instauração do pacto de Varsóvia, o qual consistia na ajuda militar e econômica dentre os países aliados a política comunista soviética, tendo como principais alvos os países do leste Europeu. Dessa forma, ocasionando uma divisão dentro do continente, que foi definida na época pelo primeiro ministro britânico Winston Churchill (1951-1955), o qual alegou “de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente” (CHURCHILL, 1946).

FIGURA 2 – Representação da divisão bipolarizada e conflitante entre Estados Unidos e União Soviética

Cortina de Ferro: a fronteira da Guerra Fria

De 1952 a 1989 um muro militarizado separou a Europa ao longo de milhares de quilômetros



Fonte: ISTOÉ (2019)

6.2 Tensões na Ásia

Além da Europa, outras regiões sofreram alterações com relação as suas conjunturas políticas e econômicas depois da Segunda Guerra Mundial. Tal fato ocorreu devido a um processo de descolonização e movimentos de independência que ocorreram em países principalmente da África e da Ásia, os quais até nos pós Segunda Guerra ainda sofriam com a colonização por parte dos países europeus, principalmente a França.

Nesse cerne, novas nações surgiram na Ásia, tendo elas a liberdade de se autodeterminar, escolhendo assim as medidas políticas e econômicas a serem seguidas em seu respectivo país a partir daquele momento. Os Estados Unidos via com receio toda aquela situação, principalmente pela facilidade que a URSS teria de disseminar seus ideais em uma região de certa forma ainda fragilizada.

Ademais, a União Soviética ainda podia contar com o auxílio de sua mais nova aliada a China, que após Mao Tse Tung assumir o governo chinês em 1949, contaria com mais uma ajuda na disseminação a ideologia socialista naquela região da Ásia, visto as diversas fronteiras existentes com a China.

Enquanto isso, em 18 de setembro de 1947, os Estados Unidos partia para uma estratégia da criação do conselho nacional de segurança, o qual consistia no

vizinhas ao território japonês, as quais deveriam ter suas economias voltadas para o crescimento econômico do Japão. Sendo assim os EUA teriam o controle não só do Japão, como também de toda uma área de influência estadunidense, tal processo ficou conhecido como a grande área, sendo evidenciado por autores renomados na época como Bruce Cumings.

6.3 Imaginário da época

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, muitas visões foram criadas por parte da imprensa e dos governos entorno de todo o mundo. Diante disso, deve ser destacado de forma enfática alguns fatores que foram de fundamental importância no contexto geopolítico do período, sendo levado em consideração como fatores fundamentais para o desenvolvimento do conflito que ocorreu no Vietnam.

Dessa forma, podemos destacar a presença de um ideário voltado para a divisão bipolar do mundo, o qual consistia em uma espécie de competição existente entre duas partes, sendo uma representada pelos Estados Unidos e a outra pela União Soviética. Nesse ínterim, ambas as nações disputavam o poder e influência global, tendo assim uma disputa pela hegemonia mundial por meio do poder atribuído a cada uma das nações.

Tal disputa por influência transcendia qualquer tipo de barreira política e se alastrava para outras áreas, principalmente com relação ao âmbito do conhecimento e das inovações, o que facilmente explica a busca incessante por desenvolvimentos tecnológicos nas mais diversas áreas de conhecimento. Tendo enfoque principalmente na indústria bélica como principal fonte de lucro e na exploração do espaço, o qual se tornou um dos maiores investimentos que na época se caracterizou e denominou-se como a corrida espacial²⁷.

Entretanto, existiam muitas outras nações que passavam por dificuldades econômicas e políticas no pós-guerra, acarretando assim o crescimento de regimes de cunho mais nacionalistas, sejam eles democráticos ou comunistas em si. Tais regimes eram veemente combatidos pelos Estados Unidos e seus aliados, os quais eram pautados em seus ideais de defesa das liberdades dos seres humanos, fato que para o Estados Unidos não seria possível de acontecer caso houvesse uma manutenção de regimes desse cunho em áreas extremamente afetadas pela guerra.

²⁷ Mais informações com relação a corrida espacial podem ser encontradas no artigo científico “Uma breve história da conquista espacial” do autor Aydano Barreto Carleial, disponível em

A partir disso, surge na ótica dos Estados Unidos e dos seus aliados o medo com relação ao expansionismo do comunismo, o que permitirá a obtenção de poder e influência global ainda maior nas mãos da URSS. Sendo assim, os EUA começaram a atuar no processo de intervenção em alguns países para que se pudesse obter o controle de determinada área de interesse e preservando-se assim sua esfera de influência.

Em consonância aos fatos, houve reação igualitária soviética, a qual passava a agir com processos de intervenção em determinados países, como os casos de Cuba, Alemanha Oriental e Coreia do Norte, visando a manutenção da sua área de influência. Nesse viés que podem ser explicado diversos contextos conflituosos e de iminentes conflitos, como foi o caso da revolução chinesa (1949)²⁸, Guerra da Coreia (1950)²⁹, crise dos mísseis em Cuba (1962)³⁰. Nessa senda, movimentos levantados no cenário asiático levantou forte atenção por parte dos Estados Unidos e principalmente de seus aliados europeus, os quais continham o controle da região até o período da segunda guerra, mas após os seus respectivos enfraquecimentos no pós guerra, acabaram perdendo suas forças, permitindo assim que fossem desencadeado diversos processos de independência em torno de toda Ásia.

Sendo assim, a Ásia se tornava a região perfeita para haver qualquer tipo de atuação soviética, visto a proximidade territorial e principalmente a vulnerabilidade política que era vista naquelas nações asiáticas, dentre elas Tailândia, Laos, Vietnam, Camboja, Malásia. Nesse contexto, acontecimentos como a Revolução Chinesa ficaram marcados como uma ascensão do comunismo em um dos principais países do continente asiático na época, nesse caso a China, a qual se tornou na época assim extremamente influente, obtendo facilidade para uma provável expansão para as demais nações do continente, o que era visto com maus olhos por parte dos Estados Unidos e europeus.

Levando em consideração a crença dos aliados na possibilidade de que em caso de um país asiático caísse na tentação do comunismo, as demais nações fronteiriças e instáveis economicamente e politicamente também seriam afetadas diretamente também, tal ideário ficou conhecido na época como, teoria dominó. Teoria essa que caso fosse alcançada representaria uma grande vitória tanto para o comunismo, como também para a busca de

²⁸ Para mais informações acerca da revolução chinesa, recomenda-se a leitura do livro “a revolução chinesa” do autor Wladimir pomar, tal leitura pode ser encontrada acessando: <https://bit.ly/2TydCEp>.

²⁹ Mais informações acerca da guerra da Coreia, pode ser encontrado no áudio explicativo realizado pela autora Patrícia cim da UFSC, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1686>.

³⁰ Para mais informações acerca de temática, recomenda-se a leitura do texto “a crise dos mísseis soviéticos em cuba (1962)” do autor Carlos Federico Domínguez Avila, disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434840017.pdf>.

influência e poder tão buscada no período e que teria a União Soviética como principal vencedora neste cenário.

Levando em consideração o foco dos EUA no controle e combate a expansão do comunismo na região do sudeste asiático, na região que se encontra vizinha ao território da China e que após o fim das disputas na Coreia se tornaria o principal foco de atenção entre as duas grandes potências da época. Tal região era formada principalmente por Tailândia, Singapura e Indonésia. Além de Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Camboja e Laos, as quais foram palco da Guerra do Vietnã e que representavam grande importância no plano de influência tanto estadunidense, como soviético.

7 CONCLUSÕES

Observou-se, ao longo dos estudos oferecidos por este guia, que a Guerra do Vietnam foi um dos conflitos mais longos e violentos no período após a Segunda Guerra Mundial. Com duração de mais de 10 anos, e no auge da Guerra Fria, esse conflito armado tinha não apenas um embate de forças em campo, mas também um grande embate ideológico que dividia o mundo em dois lados, o socialismo e o capitalismo.

Diante das diversas guerras e conflitos que marcaram a história ao longo dos séculos, como a própria Guerra do Vietnam, temos o Direito Internacional Humanitário como ferramenta para limitar os efeitos dos conflitos armados em âmbito internacional. E a importância do respeito às suas convenções, tratados e acordos, resumem-se em dois: o cuidado ao não abrir novos precedentes e a salvaguarda não somente de civis, mas dos próprios combatentes também.

É nessa perspectiva que as senhoras e os senhores irão agir no Gabinete de Crise Conjunta, e de acordo com as suas devidas representações, cabem a vocês representantes do Vietnam do Norte retornar ao dia 5 de agosto de 1964, revivendo a história, e com a possibilidade de dar outro rumo à guerra, e quem sabe até conseguir um final mais humanitário e benéfico para a população vietnamita.

O fardo das decisões agora recairá sobre vocês, sabendo que há um inimigo no *front* disposto a tomar todas as medidas necessárias para atingir seus objetivos, fica ao critério dos exímios delegados e delegadas o que farão: A sua moral e ética prevalecerão em meio ao caos do solo vietnamita ou ensandecido pela ameaça comunista; sacrifícios serão feitos em nome de um bem maior?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Izan Reis de. **A política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina: Da Doutrina Truman à Doutrina Bush.** Disponível em: <http://cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/3>. Acesso em 18 dez. 2019.

BEZERRA, Juliana. **Guerra do Vietnã.** 2016. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/guerra-do-vietna/>. Acesso em: 17 out. 2019.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da guerra da Coréia (1950 – 1953) e da guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973).** 2001. Disponível em: < <https://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280397>>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRIGHT, Major James M. **A failure in strategy: America and the Vietnam War 1965-1986.** 2000. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Military Studies, United States Marine Corps Command And Staff College, Marine Corps University, Quantico, 2001.

CARVALHO, Leandro. **Guerra do Vietnã.** 2017. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/guerra-vietna.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **O DIH e outros regimes legais – jus ad bellum e jus in bello.** Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/ihl-other-legal-regmies/jus-in-bello-jus-ad-bellum/overview-jus-ad-bellum-jus-in-bello.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **O que é o direito internacional humanitário.** Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf7.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

CUBANA, Enciclopédia. **Incidente de Tonkin.** 2016. Disponível em: https://www.ecured.cu/Incidente_de_Tonkin. Acesso em: 03 nov. 2019.

CUMINGS, Bruce. **The origins and development of the Northeast Asian political economy: industrial sectors, product cycles, and political consequences.** v. 38, n. 1, p.227, winter 1984.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Ngo Dinh Diem:** Vietnamese political leader. 1998. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ngo-Dinh-Diem>. Acesso em: 26 out. 2019.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Flexible Response:** Warfare. 2014. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Flexible-Response>. Acesso em: 26 out. 2019.

GURTOV, Melvin. **Negotiations and Vietnam: A case study of the 1954 Geneva Conference.** Santa Monica: The Rand Corporation, 1968.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **What is International Humanitarian Law?** Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EX-YUGOSLÁVIA. **About the ICTY.** Disponível em: <https://www.icty.org/en/about>. Acesso em: 25 out. 2019.

INTERNATIONAL JUSTICE RESOURCE CENTER. **International Humanitarian Law.** Disponível em: <https://ijrcenter.org/international-humanitarian-law/>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conceitos gerais: O que é cartografia?** 2019. Disponível em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-cartografia/coordenadas-geograficas.html>. Acesso em: 21 dez. 2019.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial.** I ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAFUENTE, Luiza. **Menina do napalm: conheça a história dramática por trás da imagem icônica.** 2018. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/educacao/108816-menina-do-napalm-conheca-a-historia-dramatica-por-tras-da-imagem-iconeica.htm>. Acesso em: 03 nov. 2019.

LEESON, Peter T.; DEAN, Andrea M.. The Democratic Domino Theory: An Empirical Investigation. **American Journal Of Political Science**, Morgantown, v. 53, n. 3, p. 533-551, jul. 2009.

EMPRESA FOLHA DA MANHÃ. **Termina a guerra na Indochina.** 1954. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_21jul1954.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.

MARASCIULO, Marília. **Guerra do Vietnã: 5 fatos para entender o conflito.** 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/08/guerra-do-vietna-5-fatos-para-entender-o-conflito.html>. Acesso em: 17 out. 2019.

MAREK, Michael. **1947: Divulgada a Doutrina Truman.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1947-divulgada-a-doutrina-truman/a-305913>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MILLER, Edward. **Misalliance: Ngo Dinh Diem, the United States, and the Fate of South Vietnam.** Cambridge: Harvard University Press, 2013.

NARDO, Giovanna Catelan. **Direito Internacional Humanitário: As normas que impõem limites à guerra.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-humanitario-limites-da->

guerra/. Acesso em: 25 out. 2019.

NGUYÉN, Sai Dinh. **The National Flag of Viet Nam: Its Origin and Legitimacy**. 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20050512031344/http://www.vpac-usa.org/flag/The%20National%20Flag%20of%20VN.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2019.

NÜRNBERGER, Norbert. **1947: É anunciado o Plano Marshall**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1947-%C3%A9-anunciado-o-plano-marshall/a-568633>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Guerra da Indochina: A Guerra da Indochina ocorreu entre 1946 e 1954 e marcou a ação da guerrilha conhecida como Vietminh para expulsar os colonizadores franceses desse território asiático**. 2019. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-indochina.htm>. Acesso em: 03 nov. 2019.

STEARMAN, William L. Lessons learned on Vietnam. **Military Review**, Texas, p. 31-39, May 2010.

MECANISMO PARA TRIBUNAIS CRIMINAIS INTERNACIONAIS. **The ICTR in Brief**. Disponível em: <https://unictr.irmct.org/en/tribunal>. Acesso em: 25 out. 2019.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations**. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acesso em: 25 out. 2019.

WALKER, Tasmin. **Agente Laranja: O legado fatídico dos EUA no Vietnam**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/agente-laranja-o-legado-fat%C3%ADdico-dos-eua-no-vietn%C3%A3/a-18421288>. Acesso em: 6 dez. 2019.

WASHINGTON. Office Of Joint History. Office Of The Chairman of The Joint Chiefs Of Staff. **History of the Joint Chiefs of Staff: The Joint Chiefs of Staff and The First Indochina War 1947-1954**. Washington, Dc: Library Of Congress Cataloging-in-publication Data, 2004.